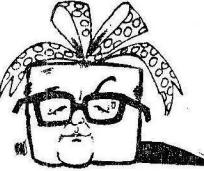


Economia

Senado não aceita suspender a URP

Em nota distribuída à imprensa, com a assinatura do seu primeiro-secretário, Jutahy Magalhães (PMDB-BA), o Senado afirma serem "arbitrários e inconstitucionais" os decretos-leis presidenciais no que diz respeito aos seus funcionários.



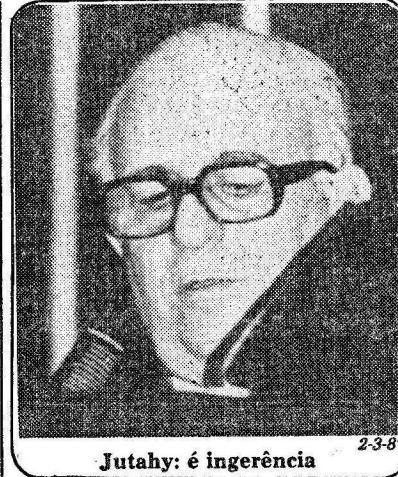
rupção, em funcionamento no Senado.

"As circunstâncias estão, pois — conclui a nota —, a impor um esclarecimento à Nação no sentido de retirar a firme determinação dos representantes eleitos diretamente pelo voto popular de preservar as garantias, poderes, deveres e competência do Poder Legislativo nos escritos limites dos mandamentos constitucionais aplicáveis."

O Senado Federal, no exercício do seu indeclinável poder-dever — anuncia a nota — adotará as providências necessárias ao fiel cumprimento do texto constitucional no que tange aos critérios remuneratórios dos seus funcionários. As ineficazes e inconstitucionais referências a estes servidores, mandadas inserir nos textos legais hoje publicados, constituem manifesta ingerência nos assuntos internos da Câmara Alta, merecendo por isto veemente repúdio."

A nota condena também, como "ingerência" em sua esfera de competência, o "questionável" pronunciamento do consultor-geral da República, Sául Ramos, considerando "inconstitucional" a CPI da cor-

A nota se baseia no art. 6º da Constituição, o qual diz que "são poderes da União, independentes e harmônicos, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário", e no art. 42, inciso IX, que diz ser da competência privativa do Senado "propor projetos de lei que criem ou extinguam cargos de seus serviços e fixem os respectivos vencimentos". A Constituição só estabelece como norma geral, no art. 98, que "os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo para cargos de atribuições iguais ou assemelhadas". Mas o Senado não é contra o mérito da medida, ao menos em relação à URP, pois no mês passado

Jutahy: é ingerência
2-3-87

decidiu congelar por três meses a remuneração dos seus servidores.

CONDENAÇÃO

As novas medidas econômicas do governo provocaram protestos generalizados dos constituintes na primeira parte da sessão de ontem da Constituinte, com diversos deputados rezendo-se na tribuna para condenar, especialmente, o conge-

lamento dos salários dos funcionários públicos.

O deputado Miro Teixeira (PMDB-RJ) solicitou ao presidente da Constituinte que abra um espaço nos trabalhos constituintes para que o Congresso possa examinar, o mais rápido possível, os decretos-leis baixados pelo governo.

Também o deputado Adylson Mota (PDS-RS) condenou a interferência do Executivo nos assuntos do Legislativo. O presidente nacional do PT, deputado Olívio Dutra, convocou os constituintes a apoiar o movimento de paralisação nacional dos servidores públicos, marcado para o dia 13.

O deputado Jorge Uequed (PMDB-RS) afirmou que o governo brasileiro cedeu novamente às exigências do FMI e dos credores internacionais. Já o deputado Paulo Delgado (PT-MG) atacou o ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, "burocrata no pior sentido da palavra", que saiu de Minas para "praticar delitos federais ocupando o lugar de outro mineiro, o ex-ministro Aníbal Teixeira, que caminha para a cadeia".

(Brasília/Agência Estado).